**Vozes e Direitos: Experiências da Extensão Universitária no Protagonismo dos Usuários do CAPS Náuas**

*Rafael Gândara Cavalcanti 1, Leonísia Moura Fernandes2, Lígia Mikal do Nascimento Silva 3, Vinicius Pereira Rebouças 4 e João Paulo Amorim da Silva 5*

1Psicólogo, Centro de Atenção Psicossocial - unidade CAPS Náuas, [rafaelgandaracavalcanti@gmail.com](mailto:rafaelgandaracavalcanti@gmail.com); 2Professora Orientadora, Curso de Bacharelado em Direito - Campus Floresta, [leonisia.mouraf@gmail.com](mailto:leonisia.mouraf@gmail.com); 3Acadêmica, Curso de Bacharelado em Direito - Campus Floresta, [lygiasilva2005@gmail.com](mailto:lygiasilva2005@gmail.com); 4Acadêmico, Curso de Bacharelado em Direito - Campus Floresta, [vinirebouc@gmail.com](mailto:vinirebouc@gmail.com); e 5Acadêmico, Curso de Bacharelado em Direito - Campus Floresta, [amorim.joao@sou.ufac.br](mailto:amorim.joao@sou.ufac.br)

**Resumo**

Este trabalho compartilha vivências do projeto de extensão universitária “Liberdade Caça Jeito: Saúde Mental e Direitos Humanos" realizado pela Universidade Federal do Acre (Ufac, *campus* Floresta) em parceria ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Náuas em Cruzeiro do Sul, Acre. Tal projeto objetiva fomentar o protagonismo dos usuários do CAPS, tanto nas dimensões individuais quanto coletivas. Para atingir tais objetivos, o projeto atua em duas frentes: i) a “Conversa Cidadã”: um momento semanal que promove diálogos entre profissionais, acadêmicos de direito e usuários do CAPS Náuas, enquanto estes aguardam os atendimentos, possibilitando um momento de troca de informações e experiências entre os envolvidos, discorrendo sobre os mais variados temas, tais como os direitos das pessoas que convivem com sofrimento psíquico; acesso a serviços e instituições; a organização, funcionamento e funções dos órgãos públicos; benefícios sociais; direito ao meio ambiente equilibrado; violência de gênero e racial etc. ii) Assembleia do CAPS: uma ação mensal em que usuários e profissionais do equipamento podem discutir como melhorar a gestão e a atenção psicossocial do equipamento, debatendo e decidindo conjuntamente sua organização e funcionamento. Como o acesso à justiça e o exercício da cidadania são essenciais à promoção da saúde mental, tais ações objetivam fortalecer o empoderamento dos usuários, promovendo uma relação mais colaborativa junto aos profissionais e a melhoria contínua da qualidade do cuidado em saúde mental oferecido. Nesse sentido, acreditamos que o projeto fomenta uma abordagem mais humanizada e inclusiva na saúde mental, fortalecendo a rede de proteção e cuidado dos envolvidos.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária, Direitos Humanos, Cuidado em liberdade, Saúde Mental, Informação.

**Relato de Experiência**

O projeto de extensão universitária “Liberdade Caça Jeito: Saúde Mental e Direitos Humanos”, realizado pela Universidade Federal do Acre (Ufac, campus Floresta) em parceria com o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Náuas, em Cruzeiro do Sul, representa uma iniciativa transformadora que busca promover o protagonismo dos usuários do CAPS em suas dimensões individuais e coletivas. Essa experiência se originou da necessidade de readequar os momentos de informes existentes na unidade, onde os usuários e seus familiares podiam expressar suas opiniões sobre o atendimento. O projeto introduziu um foco em educação em direitos, permitindo que os pacientes discutissem questões relevantes sobre saúde mental e cidadania enquanto aguardavam atendimento.

Antes da implementação do projeto, os encontros eram meramente informativos e careciam de um direcionamento específico. Com a introdução de temas como a luta antimanicomial e os direitos garantidos pelo Estatuto do Idoso, os debates se tornaram mais ricos e significativos, ampliando a conscientização dos usuários sobre seus direitos.

As atividades da “Conversa Cidadã” são realizadas quinzenalmente, com um planejamento conjunto entre a equipe do CAPS e acadêmicos do curso de direito. Esses encontros abordam temas importantes, como “Violência contra a mulher” e “Estigmas relacionados à saúde mental”, promovendo um espaço seguro para a troca de relatos e experiências. Embora tenham surgido desafios, como limitações estruturais da sala de espera e a necessidade de maior acessibilidade para pessoas com diferentes níveis de letramento, a equipe encontrou maneiras de superá-los. O projeto destacou a importância de integrar o conhecimento jurídico ao cuidado em saúde mental, evidenciando como os operadores do direito podem apoiar os usuários na busca por uma melhor qualidade de vida.

Os materiais utilizados nas atividades incluíram recursos pedagógicos e lúdicos, além de informações sobre benefícios sociais que facilitam o acesso a direitos muitas vezes desconhecidos pelos usuários. O projeto não só informou, mas também empoderou os participantes, permitindo-lhes entender melhor seus direitos e o funcionamento do sistema de justiça.

Com o andamento das atividades, os usuários passaram a ter um entendimento mais claro sobre os benefícios disponíveis e os desafios enfrentados na área da saúde mental. Essa troca de experiências permitiu que os participantes vissem a relação intrínseca entre o Direito e a Psicologia, reforçando a necessidade de um suporte jurídico efetivo na promoção do bem-estar dos atendidos.

A articulação entre diferentes serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) foi um aspecto crucial do projeto. A colaboração com o CAPS, acadêmicos do curso Direito - bem como acadêmicos do curso de Enfermagem, estes que tiveram uma breve participação durante o período de estágio - da UFAC e outras instituições, como o INSS, fortaleceu as atividades, permitindo que informações precisas sobre benefícios sociais fossem discutidas em tempo real, aumentando a relevância dos debates.

O que mais motiva a equipe envolvida é o fortalecimento de uma rede ainda pouco estruturada em Cruzeiro do Sul. A convicção de que muitos casos não podem ser resolvidos por uma única instituição impulsiona a busca por soluções colaborativas que atendam às necessidades dos usuários. Durante a experiência, emoções variadas foram vivenciadas, desde a satisfação e realização ao ver a participação ativa dos usuários até momentos de impotência diante das limitações estruturais e da escassez de políticas públicas.

A equipe, para lidar com essas emoções, se reúne antes e depois dos encontros, abordando tanto questões técnicas quanto pessoais. Esse espaço de acolhimento é fundamental para garantir o bem-estar dos membros da equipe e a continuidade do trabalho.

A inserção da arte e da cultura também desempenhou um papel importante nas práticas do projeto. Materiais ilustrativos e cartas foram utilizados para facilitar a compreensão dos temas abordados, enquanto a escolha de tópicos que ressoam com a realidade dos participantes incentivou a participação nos debates. Embora questões relacionadas ao trabalho e à habitação ainda não tenham sido abordadas, há planos para incluir essas dimensões nas futuras atividades, reconhecendo sua importância para a saúde mental.

Assim, o projeto “Liberdade Caça Jeito” não só promove uma abordagem mais humanizada e inclusiva na saúde mental, mas também fortalece a rede de proteção e cuidado dos usuários, contribuindo para uma sociedade mais justa e consciente de seus direitos.